

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.549.095 - SP (2019/0217689-9)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : NOBELPLAST EMBALAGENS EIRELI
ADVOGADOS : RICARDO ALEXANDRE HIDALGO PACE E OUTRO(S) - SP182632
FABIANA BETTAMIO VIVONE TRAUZOLA - SP216360
EDUARDO FERRARI LUCENA - SP243202
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : RAFAEL DE OLIVEIRA RODRIGUES E OUTRO(S) - SP228457

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. SUPOSTA OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. OMISSÃO CARACTERIZADA. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo cuja ementa é a seguinte:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Pretensão ao afastamento da aplicação dos juros SELIC, acrescidos de 1% por fração (inicial e final) e determinação da aplicação de honorários na CDA estabelecidos entre 5% e 8%, nos termos do art. 85, § 3º, III, do CPC. Inadmissibilidade. Manutenção dos capítulos da r. decisão recorrida. Inteligência do art. 252 do RITJSP. RECURSO DESPROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso especial, interposto com base na alínea *a* do permissivo constitucional, a recorrente aponta ofensa aos arts. 489, 1.022, II, do CPC/2015, arguindo ausência de manifestação do órgão julgador acerca das questões suscitadas.

No mérito, alega violação aos arts. 13 da Lei 9.065/95; 84, § 2º, da Lei 8.981/95; 85, § 3º, III, do CPC/2015. Sustenta, em síntese, que os juros aplicados pela embargada não podem ser superiores àqueles aplicados pela União na correção de seu crédito tributário; bem como a fixação de honorários deve ser fixada entre 5% e 8%.

Em suas contrarrazões, a recorrida pugna pelo não conhecimento do recurso ou, alternativamente, pelo seu não provimento.

O recurso foi inadmitido pela decisão de fls. 122/123, cujos fundamentos foram impugnados por meio do presente agravo.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo nº 3/STJ, *in verbis*: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Superior Tribunal de Justiça

A despeito do que constou do acórdão de fls. 88/97, verifica-se que o Tribunal de origem não se pronunciou de forma adequada sobre as seguintes alegações (fl. 85):

Entretanto, com a devida vênia, o v. acórdão incorreu em equívoco material ao considerar que o "objeto do presente recurso cinge-se quanto à análise da presença ou não dos requisitos autorizadores para concessão da tutela provisória, a qual poderá enquadrar-se como tutela de urgência (art. 300 do CPC/2015) ou tutela de evidência (art. 311 do CPC/2015), não sendo possível adentrar-se ao mérito da demanda."

O presente recurso não versa sobre requisitos para a concessão de tutela de urgência ou de evidência, razão pela qual é possível adentrar-se ao mérito das questões devolvidas a esse E. Tribunal.

O equívoco material, portanto, necessita ser sanado, inclusive para que, em eventual interposição de recurso especial ou recurso extraordinário, as E. Cortes Superiores não apreciem a causa sob perspectiva diferente.

No mais, há dispositivos legais que não foram expressamente enfrentados, os quais necessitam ser prequestionados, como forma de viabilizar a interposição dos apelos especiais, a saber: art. 24, 1 e § 1º, da CF/88; art. 13 da Lei nº 9.065/95; e, art. 84, § 2º, da Lei nº 8.981/95.

Essas normas respaldam o entendimento segundo o qual os juros aplicados pela embargada não podem ser superiores àqueles aplicados pela União na correção de seu crédito tributário, razão pela qual o prequestionamento é imprescindível para que a embargante consiga interpor os recursos cabíveis nestes autos.

Cumprido registrar que tal alegação foi suscitada no momento oportuno e reiterada em sede de embargos de declaração, os quais foram rejeitados pelo acórdão de fls. 85/87, persistindo a omissão destacada.

Para fins de conhecimento do recurso especial, é indispensável a prévia manifestação do Tribunal *a quo* acerca da tese de direito suscitada, ou seja, a ausência de prequestionamento impede o conhecimento do recurso (Súmulas 282 e 356/STF e Súmula 211/STJ). Assim, tratando-se de questão relevante para o deslinde da causa que foi suscitada no momento oportuno e reiterada em sede de embargos de declaração, a ausência de manifestação sobre ela caracteriza ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015. Verificada tal ofensa, em sede de recurso especial, impõe-se, em regra, a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração, para que seja proferido novo julgamento suprindo tal omissão.

No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL. ART. 535 DO CPC. APELAÇÃO. SUPOSTA INTEMPESTIVIDADE. OMISSÃO CONFIGURADA.

1. Apesar de provocada pela via dos embargos declaratórios, a Corte de origem não se pronunciou efetivamente sobre a tese articulada em torno da ocorrência de julgamento *extra petita* e de *reformatio in pejus* consistentes na redução da alíquota do ITCD sem que houvesse apelação do contribuinte, mas apenas do Fisco Estadual.

2. Caracterizado o vício da omissão, impõe-se o reconhecimento de ofensa ao art. 535 do CPC, anulando-se o acórdão proferido no julgamento dos embargos de declaração e determinando-se o retorno dos autos à origem para que seja sanada a eiva apontada, prejudicada a análise dos demais tópicos.

Superior Tribunal de Justiça

3. Recurso especial provido.

(REsp 1.187.583/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJe de 17.5.2010)

PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO PELO TRIBUNAL A *QUO*. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REJEIÇÃO. ART. 535 DO CPC. VIOLAÇÃO. OCORRÊNCIA.

1. Caracteriza-se ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil se o Tribunal de origem deixar de pronunciar-se acerca de matéria veiculada pela parte sobre a qual era imprescindível manifestação expressa. Determinação de retorno dos autos para que se profira nova decisão nos Embargos de Declaração.

3. Embargos Declaratórios acolhidos com efeitos infringentes.

(EDcl no AgRg no REsp 1.137.175/RJ, 2ª Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 6.4.2010)

Assim, merece ser provido o presente recurso, a fim de anular o aresto proferido no julgamento dos embargos de declaração (fls. 85/87), determinando-se o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que seja proferido novo julgamento.

Diante do exposto, com fundamento no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator